

## A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO DE JOVENS

Bruna Lauer Schwarzer<sup>1</sup>  
Luciane de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O endividamento se configura como um ponto de crucial importância e passível de investigação e aprofundamento teórico dentro do todo da população brasileira. Isso se deve principalmente ao período de hiperinflação vivenciado pelos brasileiros antes da implementação do Plano Real, que culminou no desenvolvimento de uma cultura de consumo rápida e sem planejamento, devido à desvalorização da moeda. Além disso, o consumismo ostensivo e excessivo alimentado pelo marketing cada vez mais sedutor, faz com que os jovens aprendam a consumir de maneira imediata, sem compreender conceitos prévios da utilização eficiente do dinheiro. Assim, a educação financeira apresenta-se como excelente ferramenta, possibilitando conhecimento para que os cidadãos possam, através da informação, formação e orientação, optar por escolhas mais vantajosas para o seu bem-estar financeiro ao longo do tempo. Assim, por meio de uma revisão bibliográfica, o presente estudo busca analisar a importância do aprendizado dos conceitos da Educação Financeira na escola, para que a realidade do endividamento possa ser transformada, uma vez que, os jovens são o grande potencial de mudança do país.

**Palavras-chave:** Endividamento. Educação Financeira. Jovens.

**Abstract:** Indebtedness is configured as a point of crucial importance and subject to investigation and theoretical deepening within the Brazilian population as a whole. This is mainly due to the period of hyperinflation experienced by Brazilians before the implementation of the Real Plan, which culminated in the development of a fast and unplanned consumer culture, due to the devaluation of the currency. In addition, ostensive and excessive consumerism, fueled by increasingly seductive marketing, makes young people learn to consume immediately, without understanding previous concepts of the efficient use of money. Thus, financial education presents itself as an excellent tool, providing knowledge so that citizens can, through information, training and guidance, opt for more advantageous choices for their financial well-being over time. Thus, through a bibliographic review, the present study seeks to analyze the importance of learning the concepts of Financial Education at school, so that the reality of indebtedness can be transformed, since young people are the great potential for change in the country.

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Administração; Graduanda pela URI – São Luiz Gonzaga; e-mail: bruna.lauer7@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Gestão Estratégica de Organizações; Graduada em Administração de Empresas pela PUC-RS; Professora do Curso de Administração da URI – São Luzi Gonzaga; e-mail: lucoliveira06@gmail.com

**Keywords:** Indebtedness. Financial education. Young people.

## 1 INTRODUÇÃO

Pesquisas atuais demonstram de forma clara a necessidade de inclusão da Educação Financeira para os brasileiros. O Relatório de Cidadania Financeira publicado em 2018 pelo Banco Central, elaborado com os dados da pesquisa internacional Global Findex, aponta que o comportamento de poupar dos brasileiros é menos frequente em comparação aos países em desenvolvimento da América Latina e aos países com renda per capita em Paridade de Poder de Compra (PPC) semelhante ao Brasil (ENEF, 2019). Além disso, a maioria dos brasileiros por não possuírem uma cultura de poupança, acaba recorrendo principalmente para fontes informais de renda, como a família e amigos (ENEF, 2019). No entanto, destaca-se dentre os dados, o reduzido conhecimento econômico e financeiro de informações que são importantes para decisões de consumo, poupança e investimento.

Os dados acima mencionados, devem-se quase que em sua totalidade, ao período de hiperinflação vivenciado no Brasil até meados dos anos 90, onde uma cultura de consumo rápida e sem planejamento tomou conta do país, uma vez que a cada dia, a moeda perdia seu valor. Concomitante a isso, após o restabelecimento da inflação brasileira, as instituições financeiras estavam com grande oferta de recursos, então a maioria da população optava em captar recursos a juros mínimos ao invés de poupar dinheiro para adquirir futuramente. Essa forma de consumo, apesar de passadas quase duas décadas, ainda influencia a maneira de consumir do brasileiro e deixa marcas cada vez mais evidentes da importância de a Educação Financeira no dia a dia dos alunos.

Diante do exposto, passa a ser um desafio a introdução da educação financeira nas escolas, uma vez que a cultura de consumo dos brasileiros precisa ser reavaliada. Assim, através da informação, formação e orientação tanto de alunos como de professores é possível desenvolver valores e competências que venham de encontro com os princípios da educação financeira e culminem com a utilização mais eficiente da renda das famílias brasileiras, proporcionando maior bem-estar e qualidade de vida.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evolução da economia brasileira e comportamento econômico

Atualmente os brasileiros vivem com um orçamento justo, sem espaço para uma despesa inesperada de valor considerável, como mostra a pesquisa realizada pelo I-SFB (2021), onde apenas 21,9% dos entrevistados seriam capazes de honrar imprevistos sem que seu padrão de vida fosse prejudicado. Dado este vem de encontro com as principais fontes de auxílio procuradas em casos de insuficiência de renda, destacando-se o cartão de crédito, a família e amigos (ENEF, 2019). Essas fontes não seriam vantajosas, uma vez que o crédito rotativo do cartão de crédito possui uma das taxas mais altas no Brasil e o empréstimo informal de família ou amigos pode resultar em desgastes das relações afetivas.

O Relatório de Cidadania Financeira publicado em 2018 pelo Banco Central, elaborado com os dados da pesquisa internacional *Global Findex*, também aponta que o comportamento de poupar dos brasileiros é menos frequente em comparação aos países em desenvolvimento da América Latina e aos países com renda per capita em Paridade de Poder de Compra (PPC) semelhante ao Brasil (ENEF, 2019). Mas o que mais chama atenção dentro destes dados é o reduzido conhecimento econômico e financeiro de informações que são importantes para decisões de consumo, poupança e investimento. Dessa forma, é possível perceber como está enraizado na cultura do brasileiro o consumismo ostensivo e excessivo que é alimentado pelo marketing cada vez mais sedutor.

Até meados dos anos 90, a população brasileira passava por diversas transições de moedas e planos econômicos com o objetivo de conter a hiperinflação. Conforme comenta Rodopoulos (2015), economista com extensão em Psicologia Econômica, viveu-se um tempo razoavelmente longo em uma situação instável, onde o adiamento de consumo e a formação de poupança eram praticamente impossíveis para grande parte da população, pois nesta época, o poder de compra das pessoas mudava diariamente, reduzindo com facilidade o que era comprado no dia anterior, pois não seria mais possível comprar no outro devido à suba nos preços, criando uma cultura de consumo rápido e sem planejamento, pois quanto antes o dinheiro fosse gasto, mais vantajosa era a compra.

Felizmente, após várias tentativas, a inflação brasileira foi controlada com inserção do Plano Real, porém todo esse histórico inflacionário deixou muitas marcas nos hábitos de consumo dos brasileiros, inclusive ainda contribui consideravelmente para o endividamento. Rodopoulos (2015) identifica que algumas dessas marcas estão na dificuldade que o brasileiro possui de diferenciar necessidade de desejo e de adiar o consumo, então, ao mesmo tempo em que a inflação foi controlada, experimentou-se uma estabilização econômica por pouco tempo. O crédito foi inserido na economia brasileira rapidamente, não havendo tempo hábil para que um comportamento consciente fosse difundido pelas autoridades brasileiras ou ensinado nas escolas sobre como utilizar esse crédito. Dessa forma, fixou-se como regra de comportamento econômico do brasileiro o não adiamento de consumo.

A jovem população brasileira que estava na faixa dos 10 aos 24 anos no ano de 2000, não foi incentivada a incluir o planejamento financeiro em seu dia a dia e muito menos orientada na educação escolar, um dos principais motivos disso era a recente retomada da economia com a redução da hiperinflação. Porém, um ponto de importante destaque neste cenário é que aqueles que eram jovens antes, são os pais atuais. Assim como a grande maioria deles não foi sensibilizada sobre a importância do aprendizado de um planejamento financeiro consciente, nossos jovens atuais tornam-se, cada vez mais, vítimas do marketing sedutor que utiliza gatilhos mentais diversos para convencer que algo precisa ser adquirido no menor tempo possível, dando início a troca intertemporal. A pesquisa realizada pelo I-SFB (2021), demonstra que somente 37,9% dos entrevistados conseguem perceber que precisam buscar orientação financeira.

A troca intertemporal refere-se ao impacto que as escolhas de hoje terão sobre o amanhã, estas do ponto de vista financeiro, podem ser positivas ou negativas. De uma forma simples, se o dinheiro disponível é gasto com artigos ou situações que não fazem parte das prioridades daquele que gastou e não se caracterizam como emergências, pode-se dizer que essa troca intertemporal não foi vantajosa para o indivíduo, pois ele adquiriu bens ou serviços de que não precisava e teve de abrir mão das prioridades elencadas anteriormente. Já quando o gasto do dinheiro foi para a aquisição de algo que estava dentre as prioridades do indivíduo,

é possível que ele tenha pago menos pelo bem ou serviço devido ao poder de negociação que o consumidor adquire quando possui o valor total da compra, ou, se foi gasto com emergência entende-se que ele abriu mão de suas prioridades, mas por algo que surgiu como um contratempo.

Para que o indivíduo não seja refém dessa troca é necessário que sejam definidos alguns conceitos como a diferença de sonhos e projetos. Segundo material disponibilizado no site Escola Virtual.Gov (2021), define-se sonho como o desejo vivo, a aspiração, o anseio, pode ser entendido também como a ideia ou os objetivos que se quer alcançar. Já o projeto é o sonho colocado no papel, nele é necessário determinar um período de tempo que será dedicado a alcançar essas metas para que o sonho ou objetivo maior seja alcançado. Uma forma de facilitar o alcance desses sonhos é a realização de um orçamento, mas para elaborá-lo é necessário ter metas claras e objetivas para que seja possível abrir mão de vontades/desejos momentâneos em busca de um objetivo maior no futuro.

## 2.2 Inflação Brasileira e importância do dinheiro

Pode-se definir inflação segundo o site oficial do Banco Central do Brasil (2021), como o aumento dos preços de bens e serviços que implica na redução do poder de compra do Real, moeda oficial brasileira. Essa inflação é determinada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) através de um levantamento mensal realizado pelo IBGE. Esses preços são comparados com períodos anteriores e resultam em um valor aproximado que mostra a variação geral dos preços pagos pelos consumidores em determinado período. Segundo dados divulgados pelo site oficial do IBGE, a inflação acumulada do ano de 2021 chegou a 10,67% até o mês de outubro de 2021, o que em relação ao ano de 2020 que fechou em 4,52%, mostra uma alta abrupta. Com estes dados também é possível identificar se o poder de compra do consumidor aumentou ou diminuiu. Segundo o IBGE (2021),

Se a variação do seu salário, de um ano para o outro for menor do que o IPCA, você perde seu poder de compra, pois os preços sobem mais do que a sua renda. Já se a inflação e o seu salário têm a mesma variação, seu

poder de compra se mantém. Porém, se você receber um aumento acima do IPCA, seu poder de compra aumentará.

A alta nos preços é sentida pelos consumidores de diferentes maneiras. Segundo Cavallini (2021), a inflação pessoal depende de fatores como hábitos de consumo, renda e número de pessoas que moram na mesma casa. A mesma autora cita que as famílias de menor renda, por exemplo, dedicam parcelas maiores dos gastos à alimentação, enquanto as com maior renda reservam boa parte do orçamento para educação, saúde e lazer. As pessoas com baixa renda sentem mais a suba dos preços justamente por terem de deixar educação, saúde e lazer para um segundo plano, visto que o dinheiro da média do brasileiro sofreu uma desvalorização que acaba prejudicando ainda mais o padrão de vida de famílias de camadas menos favorecidas, que possuem poucas ou nenhuma reserva financeira para defender-se da inflação.

Com a apresentação deste cenário torna-se de suma importância que as famílias brasileiras tomem conhecimento da relevância que a gestão de finanças pessoais e familiares tem em suas vidas. O principal objetivo do planejamento financeiro pessoal e familiar é para que se tenha mais controle sobre seu dinheiro, mais consciência de suas escolhas e mais eficiência no uso da sua renda (CERBASI, 2015).

Para que o planejamento se torne uma realidade é necessário fazer primeiramente o diagnóstico atual da situação econômica e financeira da família, este primeiro contato, explica Cerbasi (2015) é um dos mais importantes de todo o processo, pois é quando se identifica quão desequilibrada está a situação econômico-financeira das pessoas. Nele são verificadas todas as receitas e as despesas da família e também já são levantadas questões, como quais são os planos para os próximos meses e anos, para que sejam avaliadas as prioridades de consumo.

Após todo o mapeamento das receitas e despesas, é necessário trabalhar na construção da reserva de emergência ou o Patrimônio Mínimo de Sobrevivência (PMS) (CERBASI, 2015). Essa reserva será responsável pela reorganização da vida em caso de desemprego, doença ou planos frustrados em atividade de negócios. É com essa reserva que será possível manter o padrão de consumo até que as coisas normalizem (CERBASI, 2015). É notório que a constituição desta reserva possibilita

a família passar momentos de estresse com mais tranquilidade, visto que não precisarão preocupar-se com as suas necessidades fisiológicas conforme descreve Maslow na sua pirâmide da Hierarquia das Necessidades.

Cerbasi (2015) recomenda que o PMS deve ser uma reserva financeira correspondente a seis vezes o seu consumo mensal. Em um caso hipotético, uma pessoa cujos gastos mensais sejam de R\$ 1.500,00, a sua reserva deve ser de R\$ 9.000,00. Este pequeno exemplo evidencia como poucas pessoas possuem controle sobre o seu dinheiro. Cerbasi (2015) afirma que menos de 5% das pessoas conseguem manter sua situação financeira dentro das recomendações de equilíbrio. Porém o mais importante dentro deste processo de identificação da situação financeira, é saber quais são as prioridades e para onde serão convergidos os esforços. O autor faz referência a essa questão:

Os que praticam exercícios regulares e corretos estão entre os 5% da população com melhor condicionamento físico. Aqueles que adotam hábitos nutricionais balanceados estão entre os 5% mais saudáveis da população. Quem se planeja para dedicar tempo suficiente para a família e o lazer está entre os 5% mais felizes. Todos temos o direito de fazer escolhas, desde que saibamos o que devemos fazer. (CERBASI, 2015, p. 23).

Para fazer o planejamento financeiro pessoal não é preciso ganhar muito dinheiro, e sim ter disciplina. Cerbasi (2015) destaca que a maior necessidade reside em escolher um padrão de vida compatível com o equilíbrio financeiro e encontrar formas de satisfazer-se dentro das possibilidades. Quando as pessoas procuram satisfação naquilo que ainda não podem consumir, geram-se os problemas de endividamento que dependendo da proporção tornam-se intermináveis e impagáveis.

O próximo passo para a continuidade do planejamento financeiro é a elaboração de uma planilha podendo ser no computador ou em folhas de papel com o objetivo de descrever todas as despesas que serão efetuadas durante os próximos meses e ter disciplina para seguir o que está previsto, tanto metas de gastos como metas de poupança. É interessante que esta planilha seja estruturada de acordo com os grupos de consumo como habitação, saúde, educação, alimentação,

transporte, impostos e despesas pessoais para que se tornem mais visíveis os tipos de consumo e possibilite a redução caso haja necessidade.

Cerbasi (2015) ainda elenca oito atividades que ajudam no controle do orçamento doméstico. São elas:

1. Ter disciplina para anotar ou guardar comprovantes de gastos;
2. Organizar os gastos para ter uma clara noção de seu padrão de consumo;
3. Comparar a evolução do padrão de consumo ao longo do tempo;
4. Refletir sobre a qualidade das suas escolhas;
5. Estipular alterações no padrão de consumo, visando obter mais qualidade;
6. Policiar suas novas escolhas para garantir que sejam praticadas;
7. Estimar as consequências de suas escolhas, como o patrimônio ou a poupança formada no final do ano;
8. Usar o orçamento atual como base para simular situações extremas, como perda da renda ou recebimento de um grande valor em dinheiro. (CERBASI, 2015, p. 34).

Seguindo estas recomendações e procurando sempre a atualização do conhecimento sobre o assunto e principalmente dos próprios sonhos e projetos será mais fácil tornar o controle orçamentário parte da vida cotidiana sem parecer algo aborrecedor e cansativo, pois conforme Peretti (2007, p. 18) “A pessoa alfabetizada financeiramente sabe aonde quer chegar, sabe lidar com situações que estão fora de sua área de autoridade e lidar com o dinheiro, sabe como ganhar, gastar, investir, poupar e doar”. Assim, o autor considera a educação financeira “um instrumento capaz de proporcionar às pessoas melhor bem-estar, e melhor qualidade de vida” (PERETTI, 2007, p. 18).

### 2.3 Educação Financeira

A Educação Financeira sempre teve um papel importante na sociedade, através dela é possível chegar a sonhos e objetivos ou tomar decisões que sem um planejamento financeiro não seria possível. Como afirma Krüger (2014), o objetivo da educação financeira é o amadurecimento do pensar e analisar situações de risco na hora de tomar uma decisão financeira, avaliando a real necessidade de investir, adquirir ou poupar, sendo estas ações que irão refletir na condição financeira do indivíduo. Então se as decisões tomadas no presente refletirão no futuro, para que

se tenha bons resultados financeiros no futuro é preciso ter uma boa educação financeira no presente (BRASIL, 2015).

Com a evolução do mercado financeiro e da própria tecnologia, produtos cada vez mais sofisticados e abrangentes estão sendo oferecidos a população. Conforme aponta Coelho (2014), a variabilidade de produtos promoveu uma mudança de comportamento no indivíduo, fazendo com que o mesmo fique cada vez mais atraído pelo consumismo, ocasionando problemas de gestão financeira. Essa alta disponibilidade que pode ser identificada pelo fácil acesso aos produtos financeiros ofertados pelas plataformas digitais de bancos e corretoras como seguros, previdência, investimentos e créditos, pode até beneficiar o consumidor em certo ponto. Em contrapartida Savoia, Saito e Santana (2010), explicam que a limitação de conhecimento por parte da população em relação a assuntos financeiros compromete a situação econômica das famílias, pois não é feita uma comparação justa de determinados produtos, para que a própria pessoa seja capaz de escolher o que é melhor para a sua realidade financeira. Ainda segundo os autores, as famílias brasileiras assumem compromissos de longa data sem ter a devida clareza, planejamento e informação dos riscos que um investimento a longo prazo pode acarretar e acabam incapazes de honrar seus compromissos, o que em muitos momentos pode afetar o padrão de vida dessa família.

Donadio, Campanario e Rangel (2012, p. 90), afirmam que

O fato da população brasileira de baixa renda estar tendo acesso fácil a várias formas de crédito, inclusive aos cartões, a falta de alfabetização financeira torna-se cada vez mais preocupante, uma vez que o cartão de crédito, por si só, tende a induzir o consumidor a maiores gastos, dado que muitos o veem como algo mais abstrato do que o dinheiro, dificultando o entendimento das consequências que o uso do cartão pode ter na deterioração das finanças pessoais e no grau de endividamento.

Soares (2006), aponta como alerta o surgimento de parcelamentos a prazos impensáveis, como o financiamento de automóveis em 72 meses. Nunca houve, na história brasileira, tanto dinheiro oferecido para financiar o consumo, o que fez com que sem a devida instrução sobre educação financeira, muitos adquirissem dívidas estratosféricas. Theodoro (2016) também reforça a influência da mídia neste cenário

que está cada vez mais voltada para o consumo, onde perdeu-se a percepção de controle dos gastos e muitas famílias tornaram-se vulneráveis ao endividamento.

Quando se classifica a mídia como um dos vetores para o consumismo desenfreado, é importante destacar que atualmente a principal vítima das propagandas sedutoras são as crianças. Conforme demonstram D'Aquino e Maldonado (2012), é muito mais fácil convencer uma criança que vê a propaganda "coloridinha" e acha que o carro é legal, do que convencer um adulto sobre aspectos como potência do produto, manutenção, economia. Isso é muito mais complicado e racional. Então, o foco é convencer as crianças. Importante destacar, de acordo com os autores, que isso não significa que as crianças tenham maturidade para tomar essa decisão. É absurdo dar a uma criança esse poder.

Partindo do princípio que atualmente pais e mães estão passando mais tempo fora de casa devido ao trabalho, do que em casa com os filhos, muitos deles tentam suprir essa falta de convívio com presentes. Conforme afirma Cerbasi (2011, p. 61):

Pais e mães presenteiam seus filhos mais do que deveriam. Mais até do que estes esperam, em um primeiro momento. A enorme expectativa das crianças por presentes a cada ida ao shopping, a cada viagem e a cada fim de semana surge quando elas ainda são pequenas. Quando ainda não esperam nada além do carinho e do tempo para matar a saudade dos pais, mas o que recebem é um presente. Adultos consumistas formam filhos consumistas.

Essa prática tem incentivado o consumismo das crianças desde cedo, pois são ensinadas a ligar a sensação de frustração e de falta com a necessidade de consumir algo para sentirem-se melhores e com isso é gerado um ciclo vicioso. A partir desse pressuposto, é sentida a importância de cultivar os preceitos da educação financeira dentro das casas das famílias brasileiras, tendo em vista que a qualidade do convívio com os pais e da educação recebida terão peso na formação do futuro adulto. Os posicionamentos dos pais em questões como estímulos, desejos, limites e comportamentos, desde a mais tenra idade, irão determinar se o filho terá ou não equilíbrio financeiro na vida adulta (D'AQUINO E MALDONADO, 2012).

Os pais e mães possuem um papel importante tanto na educação social de seus filhos, quanto na educação financeira. Em relação a isso, Macedo (2012, p. 26)

afirma que “com a ajuda e com exemplos dos pais, as crianças podem aprender a restringir certas vontades, a trocar uma coisa por outra, a aceitar que existe momento certo para cada atividade” e complementa “os filhos aprendem por meio de conversas, mas principalmente pelo comportamento, gestos e posturas dos pais”. Agindo desta maneira, as crianças são introduzidas na realidade financeira da família, o que as faz refletir sobre a necessidade de certos tipos de consumos e tenham sabedoria para priorizar aquilo que realmente é importante para elas e para a família. Portanto, pais podem sim dar presentes aos seus filhos, mas como afirma Cerbasi (2011, p. 61) “é necessário criar significado para cada conquista. Presentei meus filhos somente quando houver motivos”.

Entende-se o motivo de muitos pais e mães não passarem os conhecimentos financeiros aos seus filhos, pois conforme afirma Correia (2015), os adultos de hoje não aprenderam a lidar com o dinheiro, o que também os impede de ensinar seus filhos a fazê-lo. No entanto Cerbasi (2011, p. 23) lembra que “os adultos precisam esforçar-se para aprender os benefícios do planejamento financeiro numa economia estável, pois essa realidade é novidade em nossa cultura” fazendo referência aos tempos vividos no Brasil da hiperinflação.

É necessário compreender, após o que foi exposto, que o importante na educação financeira é que ela seja iniciada nos primeiros anos de vida de cada indivíduo. Conforme Souza (2012, p. 64) “o processo de educação financeira é longo. É ensinar uma criança para que, na fase jovem e adulta (quando obter nas mãos responsabilidades com a administração do dinheiro) ela saiba aplicá-la”. Assim, a escola tem papel relevante como principal fonte de aprendizado para os jovens.

#### 2.4 Educação Financeira nas Escolas

Em 2010, através do Decreto de Lei nº 7.397, instituiu-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, porém o mesmo foi revogado pelo Decreto nº 10.393, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. A nova estratégia tem a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no

País (BRASIL, 2020). O atual Fórum substitui o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), extinto em 2019.

Dentre os objetivos do FBEF está a implementação e o estabelecimento dos princípios da ENEF, divulgar ações, compartilhar as informações e promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas. Além disso, tanto o FBEF quanto a nova ENEF asseguram a aderência do Brasil a boas práticas internacionais, contribuindo para fortalecer a estabilidade financeira, o desenvolvimento inclusivo e o bem-estar de indivíduos e famílias.

A escola possui um papel muito importante na vida das pessoas, pois conforme divulgado pela Assessoria de Comunicação Social do MEC (2021), é nesse espaço totalmente democrático que a pessoa aprende os conceitos essenciais para viver em sociedade, tornando-se um cidadão em sua plenitude. Neste contexto é possível compreender o impacto que a inserção de assuntos financeiros nas escolas pode ter sobre crianças e jovens.

Muitas iniciativas foram tomadas para que esse aprendizado fosse possível, como o Programa Educação Financeira na Escola que surgiu através do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MEC, a CVM e o Programa Aprender Valor que é uma iniciativa do Banco Central do Brasil, ambas iniciativas são recentes e estão em fase de implementação através de projetos.

O Programa Educação Financeira na Escola visa conforme descrito no Acordo de Cooperação Técnica nº 31/2021: promover a formação continuada de professores do ensino fundamental e ensino médio, visando à disseminação da educação financeira entre crianças, jovens e adultos do Brasil, bem como proporcionar apoio técnico e orientação pedagógica aos professores. Dentre as suas metas está a capacitação de 500 mil professores em até 3 anos a contar de 2022, são 75 mil no primeiro ano, 250 mil no segundo e 175 mil no terceiro.

Este acordo baseia-se na justificativa do impacto recente da pandemia nas finanças pessoais e na educação escolar. Além disso, existe baixo grau de letramento financeiro da população jovem, como demonstram as avaliações do PISA em 2018 (EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA, 2021). O PISA (*Programme for International Student Assessment* ou em português Programa Internacional de Avaliação dos Alunos), avalia conteúdos como dinheiro e transações financeiras,

planejamento e manejo de finanças, risco e recompensa e aplicação e entendimento de conceitos. Em 2018 participaram deste programa 20 países, onde o Brasil foi 17º colocado na pontuação geral, gerando um ponto de atenção para as autoridades brasileiras sobre a educação financeira dos jovens.

Outra questão que ainda é motivo de preocupação dentro deste cenário é a disparidade na performance dos alunos conforme a classe social. Dados divulgados pelo portal Educação Financeira na Escola mostra que em todos os países essa diferença existe, porém no Brasil ela chega a somar 98 pontos, e coloca o Brasil entre os 5 países com maior disparidade entre as classes dos estudantes e somado a isso, ainda destacam que há uma disparidade entre esse grupo na confiança, motivação e interesse em assuntos financeiros, sendo que aqueles pertencentes à classe social mais alta pontuam mais.

A avaliação dos indicadores fornecidos pela PISA foi realizada por Chiara Monticone que é analista sênior de políticas na unidade de Educação Financeira e Proteção ao Consumidor da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e apresentada na Conferência de Estudos Comportamentais e Educação do Investidor de 2020. Destaca-se a seguinte figura sobre motivação e interesse em assuntos financeiros:

Figura 1 - Motivação e Interesse em Assuntos Financeiros



Fonte: Educação Financeira na Escola, 2021.

A figura acima aponta sobre a direção que o Brasil deve tomar em relação a educação financeira dos jovens. É possível perceber conforme a conclusão da pesquisa divulgada pelo portal Educação Financeira na Escola (2021) que a motivação dos estudantes brasileiros em aprender sobre finanças está na média do cenário global, portanto existe espaço para o investimento na Educação Financeira dos jovens.

Tendo em vista estes dados, foi aprovado de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) desenvolvida pelo Ministério da Educação responsável por definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica

o tema de educação financeira e o mesmo está previsto no tópico matemática com referência ao ensino fundamental – anos finais. De acordo com a BNCC (2021),

O estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Esta unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BNCC, 2021).

A inclusão da Educação Financeira durante a educação básica entra de forma transversal conforme a publicação da BNCC, abrindo para que a matéria seja abordada em diferentes áreas do conhecimento como a Língua Portuguesa, Ciências Humanas e Matemática. Neste aspecto é de grande importância citar a iniciativa do Banco Central do Brasil com o projeto Aprender Valor. Este projeto que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo em estudantes das escolas públicas brasileiras (APRENDER VALOR, 2019) vem sendo implementado desde o ano de 2020 através de um projeto piloto em escolas selecionadas de 5 estados da Federação.

Conforme reafirma o portal Aprender Valor, tratar sobre Educação Financeira no contexto escolar é uma urgência social, tendo em vista os impactos, na vida individual e coletiva, no presente e no futuro, causados pelo modo como as pessoas

lidam com o consumo e com os recursos financeiros e materiais. A partir destas iniciativas é possível perceber como as autoridades brasileiras estão preocupadas em mudar este cenário no Brasil, e inserir as crianças e adolescentes de forma crítica e consciente no mundo atual, contribuindo para o aprendizado escolar da vida prática, bem como para uma aprendizagem mais significativa (APRENDER VALOR, 2019).

Este programa disponibiliza formação específica para que diretores de escolas aperfeiçoem seus conhecimentos sobre essa nova metodologia de trabalho. Assim, professores recebem formação prática de como ensinar esse tema em sala de aula, além de que, todos aqueles envolvidos recebem formação sobre Educação Financeira aplicada à vida pessoal, o que incentiva ainda mais diretores e professores a buscar essa metodologia.

## 2.5 Sistema Previdenciário Brasileiro

A atual mudança no cenário demográfico brasileiro com o aumento da expectativa de vida e a baixa taxa de natalidade tem levantado muitas dúvidas sobre a estrutura do sistema previdenciário brasileiro. Conforme introduzem Silva e Costa (2016) a previdência Social brasileira emerge devido aos efeitos negativos que o processo de produção capitalista ocasionava, sendo necessário socializar os custos da força de trabalho, a fim de promover melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

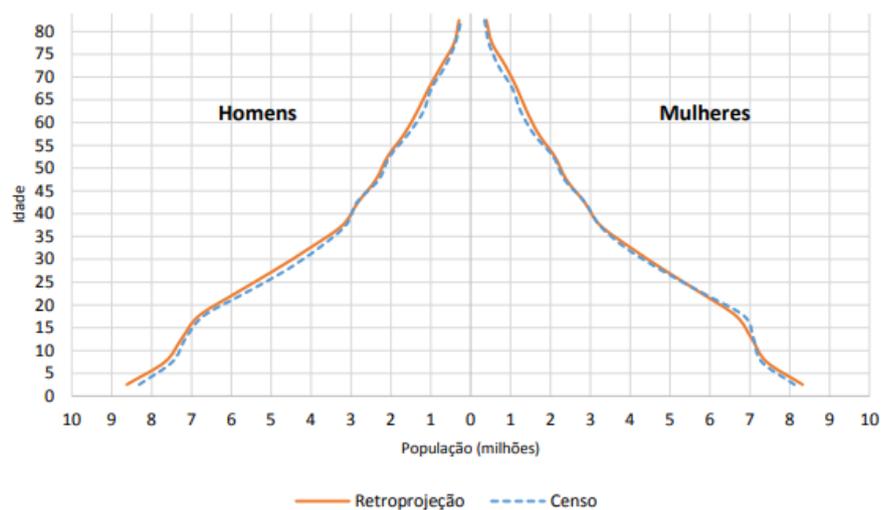
A evolução das políticas previdenciárias passou por muitos percalços desde a sua criação, porém, devido ao não cumprimento de suas obrigações, muitos dos envolvidos na confecção dessas políticas acabaram agravando ainda mais a situação financeira do sistema como citam Silva e Costa (2016, p. 172).

[...] Destaca-se o descumprimento por parte dos governos e das empresas das leis orçamentárias vigentes em sua elaboração, que previam a contribuição tripartite, retenção dos recursos destinados à Previdência pela União, desvios destes recursos para outras finalidades que não as políticas sociais em prol do desenvolvimento econômico e da industrialização, perda de reservas financeiras levando ao esgotamento do modelo de capitalização, dando espaço ao regime de repartição que é vulnerável e sensível às transformações econômicas da sociedade (SILVA E COSTA, 2016, p. 172).

Atualmente o sistema previdenciário brasileiro funciona de forma que, segundo vídeo divulgado pela Folha de São Paulo (2016) para cada 1 pessoa com mais de 60 anos precisa-se de 5,3 trabalhadores em idade ativa para sustentar a previdência da primeira, este é um número preocupante quando se leva em consideração a pirâmide etária brasileira.

Conforme a figura abaixo, é possível perceber que em 1980, a pirâmide etária brasileira, representava realmente o desenho de uma pirâmide: crianças e adolescentes estavam em maior número em relação a população adulta em idade ativa, ou seja, em condições de trabalhar e contribuir para a previdência social que sustenta a aposentadoria. De acordo com Ferreira (2010), outro fato que contribuía para o contexto favorável era a mão de obra que era pequena devido ao grande número de crianças e adolescentes que muitas vezes eram aproveitadas para o trabalho produtivo, visto que não haviam leis que proibissem o trabalho infantil (FERREIRA, 2010).

Figura 2 – Pirâmide Etária Brasileira 1980

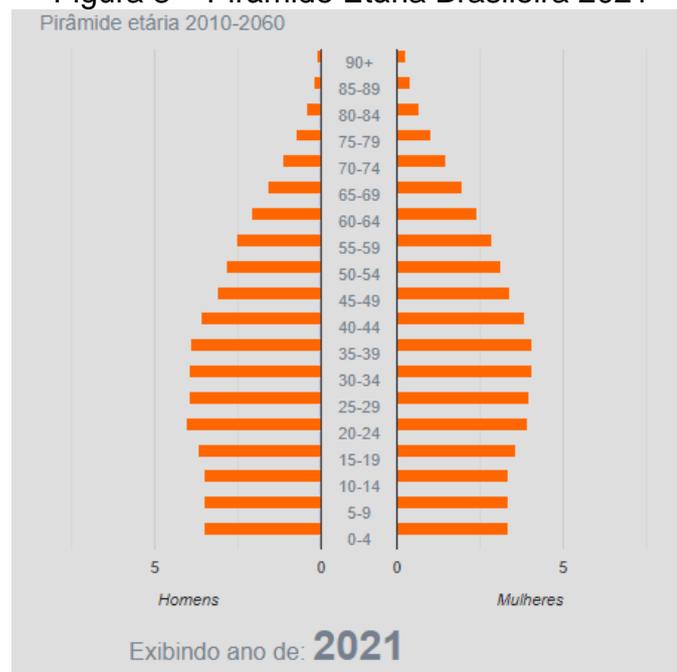


Fonte: IBGE, censo (1980).

Porém, quando é avaliada a atual pirâmide etária brasileira, nota-se uma desconstrução dessa figura geométrica. A população jovem diminuiu consideravelmente, enquanto o envelhecimento populacional teve constante progresso e esse cenário assusta ainda mais quando se observa a projeção para o ano de 2050, onde, segundo o vídeo divulgado pela Folha de São Paulo (2016) sobre

a redução da população ativa, existirão menos de 2 pessoas para cada uma com mais de 60 anos, o que representa motivo de preocupação para a geração atual, pois se não houverem políticas públicas ou novas reformas previdenciárias, esses jovens não poderão contar apenas com a previdência oferecida pelo Estado para sobreviver e ter um envelhecimento digno.

Figura 3 – Pirâmide Etária Brasileira 2021



Fonte: IBGE (2021).

Outro ponto de destaque é o posicionamento do estado do Rio Grande do Sul com o envelhecimento da população. Dados divulgados pelo site oficial da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do estado (2020), o Rio Grande do Sul tem o mais alto índice de envelhecimento do Brasil.

O Índice de Envelhecimento apresentou significativa alteração tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. No Estado, em 1970, tinha-se uma proporção de 14,8 idosos (60 anos e mais de idade) para cada 100 jovens (de 0 a 14 anos). Os dados revelam que esta proporção vem subindo a cada ano. Em 2020, segundo as projeções populacionais, esse índice já passou de 100%, são 103,3 idosos para cada 100 jovens, sendo o valor mais alto do País (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Figura 4 – Índice de Envelhecimento do Brasil – 2020



Fonte: Rio Grande do Sul, (2020).

Essas informações mostram-se decisivas principalmente para as crianças e jovens de hoje e enfatizam mais uma vez a importância de se iniciar com a Educação Financeira desde cedo, para que não sofram no fim de sua vida laborativa com a falta de recursos para viver de forma digna.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo em vista os objetivos propostos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois buscou analisar a influência da educação financeira na propensão ao endividamento de jovens.

Do ponto de vista dos procedimentos empregados a pesquisa enquadra-se como bibliográfica, de análise qualitativa. Gil (2008), define método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

#### 4 CONCLUSÃO

O cenário atual brasileiro demonstrado nos indicadores de Educação Financeira necessita evoluir, tendo em vista principalmente a comparação realizada com países semelhantes ao Brasil. Cada vez mais é possível perceber os efeitos que uma população educada financeiramente proporciona para o país, uma vez que, faz melhores escolhas que culminam em uma qualidade de vida superior.

Assim, aplicar as estratégias previstas na BNCC, como a inserção da educação financeira de forma transversal aos jovens, pode desenvolver o pensamento crítico sobre as situações cotidianas e fazer com que se interessem mais pelo assunto, interiorizando os conceitos financeiros e multiplicando o saber por meio da transmissão do conhecimento no seu grupo de amigos e família.

O presente estudo objetivou conceituar e compreender a importância da Educação Financeira enfatizando a sua relevância para a propensão ao endividamento de jovens. Dessa forma foi possível verificar que a ela contribui para que os jovens brasileiros tomem decisões mais vantajosas no futuro que servirão de alicerce para a conquista de seus objetivos. Portanto, acredita-se que a interiorização destes conceitos refletirão em toda a sociedade, uma vez que sendo possível identificar em momentos de crises ou de crescimento os riscos e oportunidades, as decisões contribuirão para o crescimento coletivo, impactando toda a população do país.

Dessa forma, conclui-se que o trabalho desenvolvido atingiu seus objetivos e possui relevância acadêmica, pois permitiu o estudo aprofundado do tema através de materiais bibliográficos, possibilitando incorporar maiores motivações para o ensino da Educação Financeira que atua como agente de mudança da sociedade.

Espera-se ainda que mais instituições públicas e privadas possam desenvolver programas e atividades de inclusão da educação financeira que tenham como objetivo o treinamento do corpo docente, não se detendo o ensino somente dentro da sala de aula, mas em todo o ambiente escolar, pois a partir do estudo realizado, acredita-se que os conhecimentos sobre o tema não aplicam-se apenas

nas escolas, mas em toda a sociedade, incluindo as universidades que poderão ter iniciativas de auxílio nestas instituições de ensino.

## REFERÊNCIAS

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA n° 31/2021 entre o Ministério da Educação (MEC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).** Disponível em: [http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/convenios/anexos/Acordo\\_de\\_Cooperacao\\_Tecnica\\_CVM\\_x\\_MEC.pdf](http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/convenios/anexos/Acordo_de_Cooperacao_Tecnica_CVM_x_MEC.pdf). Acesso em: 19 nov. 2021.

APRENDER VALOR. **Educação financeira para multiplicar sonhos.** 2019. Disponível em: <https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Inflação?** Site oficial do Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 27 set. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Taxa de Juros – Pessoa física – Cartão de Crédito Rotativo.** Site oficial do Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?parametros=tipopessoa:1;modalidade:204;encargo:101>. Acesso em: 28 de mai. 2022.

BNCC **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação, dezembro 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Ministério da defesa - Exército brasileiro - Comando de operações especiais. **Caderno de instrução de educação financeira.** Brasília: Ministério da defesa - Exército brasileiro - Comando de operações especiais, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4872267-Eb70-ci-11-406-ministerio-da-defesa-exercito-brasileiro-comando-de-operacoes-terrestres-caderno-de-instrucao-de-educacao-financeira.html>. Acesso em 26 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social do MEC. **MEC ressalta a importância da educação no Brasil.** Publicado em 15/03/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-escola-mec-ressalta-a-importancia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n° 7.397, de 22 de dezembro de 2010.** Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF – Revogado.

BRASIL. **Lei nº 10.393, de 09 de junho de 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF.

BRUTES, Larissa; SEIBERT, Rosane Maria. O ensino da Educação Financeira a jovens de escolas públicas de Santo Ângelo. Vivências. **Revista Eletrônica de Extensão das URI**, v. 10, n. 18, p. 174-184. 2014.

CAVALLINI, Marta. Calcule sua 'inflação pessoal' e veja onde é possível cortar gastos. **G1**. Matéria publicada pelo G1 em 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/21/calcule-sua-inflacao-pessoal-e-veja-onde-e-possivel-cortar-gastos.ghtml>. Acesso em 17 nov. 2021.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira.** Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

COELHO, Talita Cristina Freitas. **Educação financeira para crianças e adolescentes.** Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/talita-cristina.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

CORREIA, Fabiano Wernner de Souza. **Educação financeira.** Monografia (Pós-graduação Gestão financeira moderna) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil, 2015. Disponível: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/fabianowernner.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

D'AQUINO, Cássia; MALDONADO, Maria Tereza. **Educar para consumo: como lidar com os desejos de crianças e adolescentes.** São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2012.

DONADIO, R., CAMPANARIO, M. D. A., & RANGEL, A. D. S. R. (2012). O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, 11(1), 75–93. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527005.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2021.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA. **Como está a Educação Financeira dos Jovens Brasileiros?** 2021. Disponível em: <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/como-esta-a-educacao-financeira-dos-jovens-brasileiros/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ESCOLA VIRTUAL.GOV (EV.G) - **Portal Único de Governo para a oferta de capacitação a distância.** Curso na área de Ética e Cidadania: Gestão de Finanças

Pessoais. Carga horária de 20 horas. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2021.

FECOMÉRCIO-RS. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. Análise dos principais resultados da PEIC-RS em Outubro-2021. Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: [https://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2021/11/PEICout\\_analise.pdf](https://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2021/11/PEICout_analise.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

FEBRABAN. **A Saúde Financeira do Brasileiro. Índice de Saúde Financeira dos Brasileiros**. Brasil, 2021. Disponível em: [https://pefmbddiag.blob.core.windows.net/cdn/downloads/Apresentacao\\_Site.pdf](https://pefmbddiag.blob.core.windows.net/cdn/downloads/Apresentacao_Site.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

**FOLHA DE SÃO PAULO**. Divulgação Vídeo: Rombo na Previdência Social, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GCsC32Im6Qlj>. Acesso em: 19 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acervo Biblioteca do IBGE. **Retroprojeção da População do Brasil por Sexo e Idade: 2000-1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98635.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do Governo Brasileiro. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do Governo Brasileiro. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

KRÜGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. Monografia (Tecnólogo em Processos Gerenciais) - Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia – FATTEP, Concórdia, SC, Brasil, 2014. Disponível: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/fernandakruger.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

MACEDO, Celina. **Filhos: seu melhor investimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PERETTI, L. C. **Aprenda a Cuidar do seu Dinheiro** - Educação Financeira. 3. ed. Dois Vizinhos - PR: Impressul, 2007.

RAMOS, Juliana. **O que é saúde financeira e como melhorar a sua**. Blog Serasa. 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/o-que-e-saude-financeira-e-como-melhorar-a-sua/>. Acesso em: 28 mai. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul. **Pirâmides Etárias e Envelhecimento da População**: O RS tem o mais alto Índice de envelhecimento do Brasil, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/piramides-etarias-e-envelhecimento-da-populacao>. Acesso em: 19 nov. 2021.

RODOPOULOS, Adriana. A vida é feita de escolhas. Componente emocional influencia decisões de consumo. **Revista FUNCEF**. Brasília, n. 74, PP 6-7, Jan./Fev. 2015. - Documento online. Disponível em: [https://www.funcef.com.br/COSOC/FlipBook/ED74\\_janeiro\\_fevereiro\\_2015/content/REVISTA%20FUNCEF%2074%20site.pdf?utm\\_source=site\\_funcef&utm\\_medium=revista\\_funcef&utm\\_campaign=revista\\_funcef\\_74](https://www.funcef.com.br/COSOC/FlipBook/ED74_janeiro_fevereiro_2015/content/REVISTA%20FUNCEF%2074%20site.pdf?utm_source=site_funcef&utm_medium=revista_funcef&utm_campaign=revista_funcef_74). Acesso em: 11 out. 2021.

SAVOIA, José Roberto Pereira, SAITO, André Taue, & SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, 41(6), 1121-1141, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 159-173, 2016.

SOARES, Lucila. O show do crediário. **Veja**, São Paulo, n. 1953, p. 98-105, abr. 2006.

SOUZA, Débora Patrícia de. **A importância da educação financeira infantil**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

THEODORO, Flávio Roberto Faciolla. Matemática e educação financeira: uma experiência com o ensino médio. **Revista de Educação**, 13(15), 171-179, 2016. Disponível em: <https://seer.pgsskroton.com/educ/article/view/1873>. Acesso em: 26 out. 2021.